

QUEM PAGA A CONTA DOS POLÍTICOS LOCAIS? ANÁLISE DO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS MUNICIPAIS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS EM 2012

BRUNO DA SILVA CONCEIÇÃO
CAMILA DE VASCONCELOS

RESUMO

Este artigo analisa o financiamento de campanhas das eleições municipais brasileiras dos candidatos para o cargo de prefeito e vereador. Pergunta-se em que medida o sistema atual de financiamento das campanhas conduz para uma dependência dos candidatos aos recursos privados? Qual é a importância da contribuição dos partidos políticos para o financiamento eleitoral dos seus candidatos? Haveria uma dependência dos candidatos a prefeito e vereador aos recursos privados ou aos recursos partidários? Existe um padrão de financiamento nas capitais estaduais que determina o sucesso eleitoral? A hipótese a ser testada é que o financiamento partidário influencia sobre o sucesso dos candidatos a cargos majoritários e o financiamento privado influencia sobre o sucesso dos candidatos a cargos proporcionais. Para isso, compara-se as informações de financiamento de campanha de candidatos eleitos e não-eleitos, para prefeituras e câmaras de vereadores, nas capitais estaduais por região geográfica do Brasil. Os dados empíricos foram extraídos da prestação de contas dos candidatos fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na eleição de 2012. Os resultados apontam uma maior dependência dos prefeitos eleitos aos recursos partidários para seu desempenho eleitoral, enquanto para o êxito dos vereadores eleitos foi necessário o aporte financeiro de recursos privados.

PALAVRAS-CHAVE

Financiamento de campanhas; partidos; eleições municipais; prefeito; vereador.

WHO PAYS THE BILL OF LOCAL POLITICIANS? ANALYSIS OF THE FINANCING OF MUNICIPAL CAMPAIGNS IN BRAZILIAN CAPITALS IN 2012

ABSTRACT

This article analyzes the financing of campaigns of Brazilian municipal elections of candidates for the post of mayor and councilman. One wonders to what extent the current system of campaign financing leads to a dependence of candidates for private funding? What is the importance of the contribution of political parties for election funding their candidates? There would be a dependency of candidates for mayor and councilor to private funds or resources to party? There is a pattern of financing in state capitals that determines the electoral success? We hypothesized that there are different methods of financing election campaigns to achieve success in the majority of the mayors dispute when compared to the parliamentarians in the proportional contest. So compares the elected candidates of campaign finance information and non-elected mayors and councilors, by geographic region of Brazil. Empirical data were extracted from the accountability of politicians provided the Superior Electoral Court (TSE), in the 2012 election, in all state capitals. The results indicate a greater reliance of elected mayors to party resources to their electoral performance, while to the success of elected councilors the financial support of private resources was needed.

KEYWORDS

Campaign financing; parties; municipal elections; mayor; councilman.

SOBRE OS AUTORES

BRUNO DA SILVA CONCEIÇÃO

Doutorando em Ciência Política (UFRGS) e Mestre em Ciência Política (UFRGS). Pesquisador com interesse nas seguintes temáticas de estudos: sistema eleitoral, sistema partidário, eleições, financiamento de campanhas, política comparada e partidos políticos.

CAMILA DE VASCONCELOS

Doutoranda em Ciência Política (UFRGS). Possui Mestrado em Ciência Política (UFRGS). Tem experiência na área de Cultura Política, atuando principalmente com os seguintes temas: Juventude, Democracia e Participação Política.

SUBMETIDO EM

Agosto de 2015.

APROVADO EM

Novembro de 2015.

Após a implantação da democracia e do multipartidarismo no Brasil alguns aspectos institucionais estiveram no centro do debate da realização de reformas políticas. Entre as alterações mais recorrentes debatidas no Congresso estava a forma de financiamento dos partidos políticos: financiamento exclusivamente público, financiamento exclusivamente privado ou a manutenção do sistema atual misto. A análise sobre o financiamento de campanha partidária tem sido alvo de crescentes pesquisas nos últimos anos, devido às constantes veiculações na mídia de corrupção envolvendo políticos e a contribuição financeira para as campanhas eleitorais (Samuels 2006; Marengo 2010; Cervi 2010; Codato, Cervi e Perisinotto 2013; Speck e Mancuso 2013).

Este trabalho visa contribuir na análise dos padrões de comportamento dos partidos políticos brasileiros nas eleições municipais, com relação à captação de seus recursos, a fim de proporcionar subsídios analíticos para o debate sobre o financiamento de campanhas. Pergunta-se em que medida o atual sistema de financiamento das campanhas conduz para uma dependência dos candidatos aos recursos privados? Qual é a contribuição dos partidos políticos para o financiamento eleitoral dos seus candidatos? Haveria uma dependência dos candidatos a prefeito e a vereador dos recursos privados ou dos recursos partidários?

Busca-se verificar a existência de modalidades diferentes de financiamento de campanhas eleitorais entre os prefeitos, na disputa majoritária, e os parlamentares na disputa proporcional. Em outras palavras, será que temos candidatos a prefeitos e vereadores financiados por fontes distintas? A hipótese a ser testada é que o financiamento partidário influencia sobre o sucesso dos candidatos a cargos majoritários. Enquanto, como hipótese secundária, o financiamento privado influencia sobre o sucesso dos candidatos a cargos proporcionais.

Analisa-se o financiamento de campanhas das eleições municipais por meio das doações recebidas pelos candidatos as Câmaras de Vereadores e dos candidatos para as Prefeituras das capitais estaduais em 2012. Os dados são disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral brasileiro (TSE) e referem-se à prestação de contas dos candidatos que entregaram suas declarações de recebimentos e de gastos de campanha. Não se desconsidera nessa pesquisa que os candidatos podem ter como prática ilegal o uso de “caixa dois”, ou seja, movimentação financeira não declarada. O famoso “caixa dois” pode maquiagem a realidade das campanhas dos candidatos e dos partidos políticos, contudo, várias pesquisas têm mostrado que os dados declarados ao TSE, mesmo podendo não representar o total real de arrecadação, tem algo a dizer a respeito do funcionamento do sistema de arrecadação dos partidos (Zovatto 2005; Samuels 2006; Speck e Marciano 2015).

Na primeira seção deste artigo discute-se a vinculação entre a corrupção e o financiamento de campanhas e as principais temáticas sobre o financiamento de campanhas, dentre elas, aborda-se trabalhos que determinam o melhor meio de regulação de organização das campanhas políticas pelos políticos; que tratam o financiamento de campanhas como indicador de tipologias partidárias; e, que se direcionam para os condicionantes econômicos do desempenho eleitoral dos candidatos e dos partidos. Na segunda seção, acompanha-se o histórico do financiamento partidário nacional, e, analisam-se os resultados das prestações de contas das campanhas dos políticos das capitais estaduais em 2012. Por fim, apresentam-se as conclusões finais da pesquisa.

2 - OS ESTUDOS SOBRE O FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

As eleições têm se consolidado nos últimos anos, nos países da América Latina, como a melhor forma para o acesso aos cargos do Executivo e do Legislativo. Cada vez mais competitivas, necessitam de altos recursos financeiros para que seja possível aos partidos divulgarem seus candidatos e apresentarem seus programas de governo. O subsídio financeiro garante o provimento necessário aos partidos políticos e aos candidatos na realização de suas campanhas, tais como: logística para os candidatos; material de campanha como folders, banners, panfletos, etc.; e, pagamentos para equipes de *experts* do *marketing* político já que a propaganda política midiática cresce em importância na disputa eleitoral. Assim, volumosa quantia financeira – privada, pública ou mista – circula nas democracias contemporâneas a fim de eleger candidatos, muitas vezes de forma oculta, pois grupos de interesses podem estar influenciando o processo eleitoral de maneira ilícita (Falguera et al 2015).

Ao mesmo tempo em que as eleições e a democracia consolidam-se nos países latino-americanos, a desconfiança da população nas instituições políticas é crescente. Pesquisas realizadas pelo Latinobarômetro sobre a opinião pública apontam que os partidos políticos apresentam os mais baixos índices de confiança da sociedade na América Latina (Rubio 2005; Moisés 2010). Considera-se que esta desconfiança generalizada deve-se aos altos índices de percepção de corrupção nesses países. Este resultado também é indicado nos Dados da Transparência Internacional, que colocam os países sul-americanos entre os mais corruptos do mundo (Blake e Morris 2009). Tal desconfiança pode estar sendo reforçada pela recorrente veiculação nos meios de comunicação de escândalos políticos vinculadas as campanhas eleitorais.

Daniel Zovatto (2005) aponta que as principais recorrências de irregularida-

des envolvendo o financiamento partidário baseiam-se em: a) recepção de contribuições que infringem as regulamentações existentes; b) uso de fins partidários ou eleitorais de dinheiro derivado de atividades corruptas; c) suborno por recebimento de favores; d) compra de votos. Esses seriam os crimes mais comuns, porém podem tornar-se mais sofisticados. Dessa forma, a corrupção corrói as instituições políticas aumentando a desconfiança e diminuindo a legitimidade da democracia (Blake e Morris 2009).

A corrupção, especialmente no Brasil, tem gerado investigações policiais acerca das prováveis arrecadações ilegais de dinheiro através do “caixa dois” em campanhas. O famoso “caixa dois” corresponde ao uso de recursos ilegais, não contabilizados na prestação de contas tanto do candidato quanto do partido, provenientes de grupos de interesse ou empresas privadas. Nessa conjuntura de forte envolvimento negativo entre dinheiro e política, as análises sobre o financiamento de campanhas ganharam força entre os pesquisadores na medida em que são criados mecanismos de transparência na prestação de contas dos candidatos. No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza informações, a cada eleição, sobre as receitas e as despesas de cada candidato, partido e comitê. O acesso a estes dados possibilitou novos caminhos de mensuração dos efeitos do financiamento de campanhas sobre a competição política. Nesse sentido, entre as principais vertentes de pesquisa estão os estudos sobre a regulação do financiamento partidário, sobre o financiamento econômico como indicador de tipologias partidárias e sobre como o financiamento influi no desempenho dos candidatos.

Com relação aos estudos de regulação do financiamento partidário, parte-se do pressuposto que os regimes democráticos precisam ser transparentes sobre quem financia a competição política. Daí a necessidade de regulação da forma de financiamento dos partidos políticos (Speck 2005; Zovatto 2005). A regulação do financiamento das campanhas procura amenizar possíveis aportes de verba para interesses pessoais ou de grandes corporações.

Conforme mostra a pesquisadora Rubio Delia (2005), até a metade do século XX o financiamento privado era incontestável como a fonte de receita para as legendas. Somente muito recentemente a discussão sobre financiamento público ou misto começou a ser suscitada. No Brasil, isso gerou acirradas discussões no Congresso para alterar a forma de financiamento misto, vigente no país, por uma forma de financiamento exclusivamente pública. O debate ainda prossegue, também, no Supremo Tribunal Federal para determinar a constitucionalidade dessas alternativas de financiamento no cenário nacional.

Bruno Speck (2005) salienta que, independentemente do tipo de financiamento escolhido, os limites de contribuição das pessoas física e jurídica possam doar aos candidatos devem estar bem regulamentados. Dentre as características

necessárias para o financiamento de campanha tornar-se democrático estão: a) teto para doações; b) limitação da influência da iniciativa privada; e c) capacitação dos cidadãos para participarem no financiamento partidário. Segundo Speck (2005), isso poderia aproximar os cidadãos da vida política já que as doações destes são muito pequenas no volume geral de arrecadação dos partidos. Outro benefício seria evitar a dependência dos candidatos com os doadores jurídicos e, por conseguinte, a futura troca de favores entre estes e os candidatos.

Os órgãos de controle precisam estar capacitados e autônomos para enfrentar um tipo de crime difícil de investigar, pois conta com a conivência de corruptores e corrompidos. Zovatto (2005) percebe um cenário desolador na América Latina, nesse sentido pela falta de regulação e aplicação de sanções as ações criminosas, sendo estas o “calcanhar de Aquiles” dos financiamentos nos países sul-americanos. André Marengo (2010), em um sentido oposto, demonstra que os custos empregados em uma legislação mais severa, em uma amostra de 84 países, não produziram resultados satisfatórios no controle sobre a captação de recursos partidários. Tampouco a adoção de arranjos institucionais específicos combate eficazmente à **corrupção**. **O autor aponta que somente a persistência desses dispositivos de controle aliado a um forte investimento econômico produziria a melhora nos índices de percepção da corrupção (Marengo 2010).**

Outra abordagem de pesquisa propõe o financiamento partidário como indicador para tipologias partidárias. A classificação teórica dos partidos políticos segue sendo desenvolvida por vários autores, porém quatro tipologias partidárias clássicas se destacam para a compreensão da formação dos partidos modernos: o partido de quadros; o partido integrador de massa; o partido *catch-all*; e o partido cartel (Duverger 1970; Martínez 2009; Kirchheimer 2012; Katz e Mair 2004). Alguns cientistas políticos utilizam do expediente das tipologias porque “as tipologias são referenciais e constructos que orientam e fornecem parâmetros para a análise da dinâmica organizacional, permitindo perspectivas comparativas. São tipos ideais não encontrados na sua forma ‘pura’. Nesse sentido, possibilitam, aos estudos de natureza empírica, diagnósticos de tendências” (Krause, Rebello e Gonçalves 2015:253).

Portanto, o financiamento de campanhas se aproximaria como indicador da configuração partidária na medida em que os partidos políticos possuem uma maior ou uma menor dependência aos recursos econômicos para sua sobrevivência política. Krause et al (2015) construíram um quadro que sintetiza a classificação partidária conforme a forma de financiamento:

Quadro 1 - Tipologias Partidárias e formas de financiamento

Tipologia	Quadros	Massa	Catch-All	Cartel
Dependência dos recursos financeiros para sua sobrevivência organizacional	Baixa	Média	Alta	Alta
Principal fonte de financiamento	Recursos financeiros dos chefes partidários	Militantes membros do partido	Iniciativa Privada e Grupos de Interesse	Subsídio Estatal

Fonte: Silvana Krause et all (2015).

Situando essa conjuntura ao cenário brasileiro, um exemplo de mudança econômica de financiamento ocorreu no Partido dos Trabalhadores (PT). Os fortes laços com entidades da sociedade civil, na sua gênese, poderia caracterizar o PT como um partido de massa. Contudo, hoje em dia torna-se duvidoso adotar tal perspectiva. O estudo de Pedro Ribeiro (2008) sobre a estrutura organizativa do PT, abrangendo desde sua formação na década de 1980 até o ano de 2005, desvenda um fato importante no que tange a alteração do financiamento interno do partido. Sendo uma sigla marcada, historicamente, por contribuições constantes dos seus filiados como principal fonte de sustentação financeira, esta modalidade de captação passou a se tornar secundária em razão do aumento substancial de verbas que o PT recebeu do fundo partidário. Somado a isso, teve o PT um aumento de doações de pessoas jurídicas causando uma dependência dos recursos estatais e dos recursos privados como meio de autopreservação na arena eleitoral (Ribeiro 2008).

Algumas lacunas de enquadramento dos partidos brasileiros, dentro das tipologias clássicas, são esclarecidas com a **classificação de Ribeiro (2008) de partido “anfíbio”** – termo emprestado de Thomas Poguntke (2001) – para delimitar a evolução do PT ao longo dos anos. O partido anfíbio corresponderia a certa maleabilidade de captação de recursos, ora com verbas da iniciativa privada, e ora com verbas do Estado. Essa característica apontada por Ribeiro (2008), como definidora do atual PT, seria mais realista das estratégias de sobrevivência financeira dos partidos políticos brasileiros. Assim, o crescimento de verbas do fundo partidário possibilitou que esta fosse uma fonte de recursos tão importante quanto às da iniciativa privada.

Todavia, essa ênfase no encontro de uma tipologia que aborde a totalidade do sistema partidário brasileiro enfrenta o obstáculo da concorrência de tipologias partidárias. Há um impasse de classificação, pois o modelo de financiamento partidário em ano eleitoral, visto no trabalho de Krause et all (2015), assemelha-se ao modelo de *catch-all partie* com seus recursos provenientes de grupos de interesse. Contudo, no mesmo estudo da autora, os partidos brasileiros durante anos

sem eleições assemelham-se ao modelo de partido cartel com uma dependência aos recursos estatais. Qual seria, então, a nomenclatura a utilizar para os partidos? O partido seria ora *catch-all*, ora cartel? Como resolver esse impasse de classificação?

No momento, os instrumentos para um teste de cartelização do sistema partidário, na hipótese de uma combinação estratégica entre os grandes partidos para o bloqueio de novos participantes na arena política, ainda carece de um referencial metodológico para ser testado (Ribeiro 2008). E ainda que a figura do partido anfíbio possa dar conta de maneira satisfatória do PT, essa tipologia ainda diz pouco sobre os pequenos partidos brasileiros que recebem pouco auxílio econômico, tanto estatal quanto empresarial.

A maleabilidade nas definições acerca do financiamento de campanhas partidário acarreta em confusão no momento de classificar uma sigla dentro de uma tipologia. Estamos preocupados com a transposição de conceitos, largamente utilizados na literatura acadêmica, para casos inaplicáveis pela complexidade da trajetória dos partidos latino-americanos, em comparação com o sistema partidário europeu ou norte-americano. Questionamos a falta de novos conceitos que deem conta da heterogeneidade dos partidos na América Latina. Torcuato Di Tella (1983) diferencia alguns partidos sul-americanos como partidos “*Del Pueblo*”, partidos onde o povo está engajado e com grande parcela da massa dirigindo e financiando o partido. É uma tentativa válida de criação de tipologias para o contexto latino-americano. No Brasil, tivemos na fundação do PT um momento onde o partido apresentou características de partido “*Del Pueblo*”. Todavia, essa correspondência não se aplica atualmente, pois a pauta de mobilização popular para a ação política, ou mesmo para financiar a sobrevivência organizacional do partido, está longe das diretrizes da cúpula do PT.

Outro problema dessa abordagem é que existem outros indicadores possíveis para classificar um partido dentro de uma tipologia. Paulo Peres (2009) aponta uma série de indicadores essenciais para enquadrarmos um partido dentro das tipologias clássicas: a burocracia partidária, o grau de centralização das decisões, o grau de autonomia dos dirigentes, a duração das atividades partidárias, a ideologia, os processos decisórios, o grau de disciplina interna, etc. Levando-se em conta todos esses fatores, torna-se mais complexo encontrar no país qualquer legenda com uma definição aproximada das tipologias partidárias clássicas.

Pretende-se nessa pesquisa conhecer como os partidos são financiados, e não identificar como estes deveriam agir conforme as delimitações das tipologias clássicas. Essa pesquisa dialoga com a vertente de estudos que aborda os condicionantes do sucesso eleitoral dos candidatos na arena legislativa (Lemos, Marcelino e Pedreira 2010; Silva 2011; Speck e Marciano 2015) e nas eleições municipais ao Executivo (Cervi 2010; Codato, Cervi e Perissinotto 2013; Speck e Mancuso 2013). Assim,

analisam-se os efeitos do financiamento de campanhas em uma arena de disputas ainda pouco conhecida na literatura de Ciência Política, como a arena municipal, para enriquecer esse debate.

Nas pesquisas sobre o financiamento de campanhas dos candidatos à Câmara dos Deputados, em 2002, em 2006 e em 2010, foi constatado que os candidatos à reeleição e os candidatos que foram eleitos receberam mais doações do que os desafiados ou os candidatos perdedores (Lemos, Marcelino e Pederiva 2010; Speck e Marciano 2015). Esse é um achado que demonstra a importância do dinheiro na política nacional. Na mesma direção, Silva (2011) percebe no financiamento dos candidatos a deputado federal, senador e governador no Rio Grande do Sul – analisando as eleições de 2002, 2006 e 2010 – a mesma predileção dos doadores de campanha para os candidatos à reeleição do que para os candidatos novatos. E ainda os candidatos majoritários, no Rio Grande do Sul, recebem mais verba do que os candidatos ao Legislativo (Silva 2011).

Tanto a pesquisa de Cervi (2010) analisando as eleições majoritárias municipais de 2008, quanto os estudos de Codato, Cervi e Perissinotto (2013) e de Speck e Mancuso (2013) analisando as eleições majoritárias municipais de 2012, alcançaram resultados similares aos dos pesquisadores já apresentados. Ou seja, segundo os autores, a verba arrecadada teve influência direta no desempenho eleitoral dos candidatos a prefeito. Esta pesquisa busca esclarecer qual tipo de financiamento, partidário ou privado, influencia mais as disputas para prefeito e para vereador.

3 - A LEI DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

A redemocratização iniciou um processo de reestruturação partidária interrompida com o golpe civil-militar de 1964. Os partidos políticos nascentes com o fim da ditadura militar no Brasil ainda eram pouco conhecidos da população, com exceção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que desfrutava de amplo apoio popular devido representar a única forma de oposição consentida ao regime militar. Nesse realinhamento partidário, as regras de financiamento político ainda estavam em segundo plano frente ao imediatismo eleitoral pelo acesso aos cargos públicos.

A democracia brasileira sofreu um abalo no início da década de 1990, pautada pelo descrédito da população na classe política, devido, em grande medida, ao *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992. “No centro do problema estava justamente a corrupção devido às contribuições ilegais e tráfico de influência entre doadores, partido e governo. A reação foi a criação de uma lei tem-

porária (Lei nº 8.713/1993) para regulamentar o pleito de 1994” (Krause, Rebello e Gonçalves 2015: 255). Tal lei constituiu-se como um primeiro esboço de regulamentação do financiamento das campanhas políticas. Somado a eficácia da instalação do Plano Real em 1993, permitindo a estabilização monetária a partir de 1994, os partidos puderam assumir de vez as rédeas do jogo político por conta de receber financiamento mais expressivo para as campanhas (Ribeiro 2008).

Os novos ventos da estabilidade econômica gerado pelo controle da inflação, na década de 1990, os partidos começavam a competir pelo poder aos moldes midiáticos das campanhas eleitorais norte-americanas. Segundo dados do pesquisador David Samuels (2006), os gastos do presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e em 1998, comparado aos do presidente norte-americano Bill Clinton, no ano de 1996, tiveram quase a mesma soma de despesas. O presidente FHC gastou cerca de US\$ 40 milhões nas duas campanhas, mesmo com a disponibilidade de horário eleitoral gratuito na televisão, enquanto o presidente Clinton, pagando por espaço televisivo, gastou um montante de US\$ 43 milhões. O custo da campanha nos Estados Unidos da América foi maior que no Brasil, porém é interessante notar a proporção das despesas partidárias entre os dois países.

Durante o governo do presidente FHC teve início a estruturação organizacional dos partidos brasileiros. A situação partidária transformou-se radicalmente com a Lei dos Partidos Políticos de setembro de 1995 (Lei nº 9.096) que regulamentou a atividade partidária frente à antiga Lei Orgânica dos Partidos de julho de 1971. A nova lei alterou o rumo de financiamento das legendas ao expandir os recursos destinados aos partidos. “O montante de recursos repassados pelo Estado aos partidos aumentou quase vinte vezes, em valores corrigidos, entre 1995 e 1996” (Ribeiro 2008: 80). Se até 1995 a quantia destinada aos partidos não chegava a 50 milhões de reais, atualmente é maior do que o valor de 300 milhões de reais (Ribeiro 2008; Krause, Rebello e Gonçalves 2015).

A procura das campanhas eleitorais por financiamento privado contrasta com o aumento das verbas estatais disponibilizadas às legendas nos últimos anos. O fundo partidário – Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos Brasileiros – reverte aos partidos uma cota de recursos arrecadados pelo Estado. Esta arrecadação é feita através de doações de pessoas físicas ou jurídicas, ou por recursos financeiros destinados por lei, ou por meio de recursos públicos da União. O valor é repassado proporcionalmente aos partidos observando os resultados eleitorais obtidos na última eleição.

Esse montante concede uma grande autonomia aos dirigentes partidários que o administram conforme convém aos seus interesses, pois a Lei dos Partidos Políticos não aborda sobre a alocação dessa verba. Isso proporciona o controle político pelos “caciques” eleitorais – na maioria dos casos estes são os dirigentes par-

tidários com maior número de votos – dentro da estrutura organizativa da legenda.

4 - DADOS DO FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS MUNICIPAIS EM 2012

Busca-se nesta pesquisa contribuir para as análises acerca das eleições municipais. Utiliza-se o método comparativo para testar a diferença de financiamento entre as eleições majoritárias e as eleições parlamentares, nas capitais estaduais. Esta escolha revela uma imagem mais adequada para compreender o desempenho eleitoral dos políticos vinculado ao tipo de financiamento recebido. A hipótese a ser testada considera a influência do tipo de financiamento sobre o sucesso eleitoral dos candidatos nas eleições de 2012. Nesse sentido, o financiamento partidário influenciaria nas disputas das eleições majoritárias e o financiamento privado influenciaria nas disputas das eleições proporcionais.

A amostra selecionada corresponde aos recursos financeiros declarados na prestação de contas dos candidatos a prefeito e a vereador, das 26 capitais estaduais, nas eleições municipais de 2012. As análises são feitas, com dados para todo o Brasil, e após, diversificados por regiões: Região Sul (Porto Alegre – RS, Florianópolis – SC, Curitiba – PR), Região Sudeste (São Paulo – SP, Belo Horizonte – MG, Vitória – ES, Rio de Janeiro – RJ), Região Centro-Oeste (Goiânia – GO, Cuiabá – MT, Campo Grande – MS), Região Nordeste (Maceió – AL, Salvador – BA, Fortaleza – CE, São Luiz – MA, João Pessoa – PB, Recife – PE, Teresina – PI, Natal – RN, Aracaju – SE), Região Norte (Rio Branco – AC, Macapá – AP, Manaus – AM, Belém – PA, Porto Velho – RO, Boa Vista – RR, Palmas – TO). Na Tabela 1, em anexo, é possível ver os resultados discriminados por cada uma das capitais.

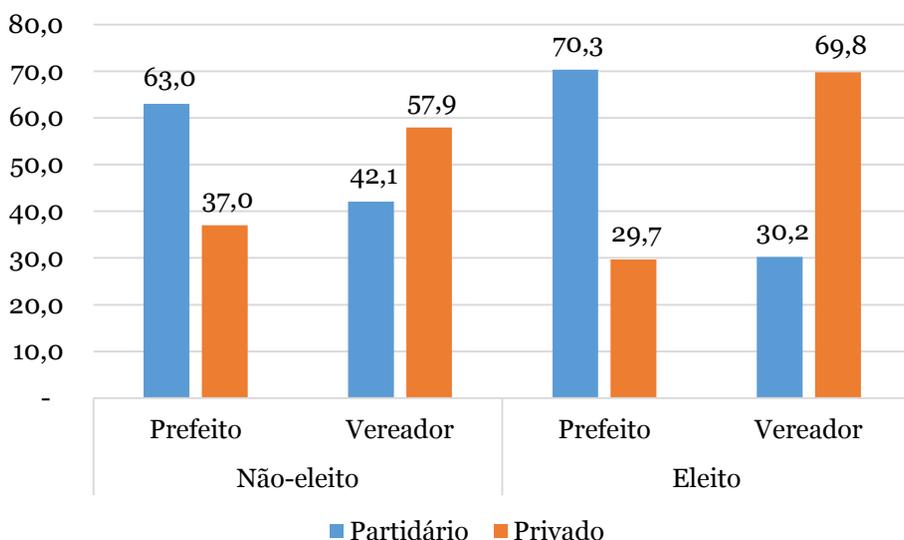
Os recursos transferidos aos candidatos nessas capitais estaduais foram transformados em duas categorias: partidário e privado. As contribuições correspondentes da verba partidária são àquelas descritas como sendo doação direta do Comitê partidário, ou de outros candidatos da legenda, oriunda do fundo partidário. O recurso privado são àqueles relacionados às doações de pessoas físicas, as doações de pessoas jurídicas e recursos próprios. Foram excluídas da análise recursos de rendimento de contas correntes ou poupanças dos candidatos, além daqueles denominados de origem desconhecida, por apresentarem valores irrisórios.

O gráfico 1 apresenta a captação de recursos para todos os candidatos das eleições nas capitais estaduais em relação ao sucesso eleitoral. O percentual apresentado é proporcional à quantidade de dinheiro arrecadada pelos candidatos nas capitais, representando um montante declarado no entorno de 880 milhões de reais (TSE 2012).

Verifica-se que em relação aos prefeitos eleitos 70,3% das doações provem de recursos partidários, enquanto que em relação aos não-eleitos estes eram de

63% das doações. A diferença de apenas 7,3 pontos percentuais com relação ao financiamento partidário, entre os prefeitos eleitos e os não-eleitos, mostra que os partidos políticos possuem uma estratégia comum de forte investimento partidário nessa disputa. Por outro lado, o sucesso dos vereadores eleitos dependeu dos recursos privados com 69,8%, e os não-eleitos com 57,9%, o que revela a estratégia dos candidatos de buscarem recursos privados pela limitação de recursos provenientes dos partidos. Considerando esses resultados em nível nacional, eles apontam para a validade da nossa hipótese de pesquisa sobre o apoio diferenciado de financiamento nas disputas proporcionais e majoritárias.

Gráfico 1 - Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Capitais do Brasil (%)



Fonte: TSE, 2012.

Há pelo menos três razões possíveis para esta situação. Na primeira delas, o número de concorrentes diminui na disputa majoritária facilitando a escolha das lideranças partidárias para destinar os recursos do fundo partidário, prioritariamente, aos candidatos majoritários. Interessa aos grandes partidos a chegada ao poder Executivo pela possibilidade de ocupar cargos na máquina pública e distribuí-los entre aliados, para angariar dividendos futuros. Nos municípios em geral, a corrida eleitoral ao Executivo demanda maior dificuldade aos pequenos partidos. Um dado importante é o baixo número de concorrentes nas eleições majoritárias com fórmula eleitoral de maioria simples. Bruno Conceição (2015) mostra que em média 82%

das disputas para prefeito em 2012, com fórmula de maioria simples, tiveram um dualismo de candidaturas na disputa majoritária. A disputa em turno único é utilizada na ampla maioria das cidades do país e em poucas capitais estaduais (Palmas, no Tocantins, e Boa Vista, em Roraima) que possuem menos de 200 mil eleitores. Nessa conjuntura, os pequenos partidos, com menor quantia de verba do fundo partidário em relação aos grandes partidos, teriam incentivos menores para empregar dinheiro em campanhas majoritárias “puro sangue”, sem coligações, com poucas chances de vitória (Conceição 2015).

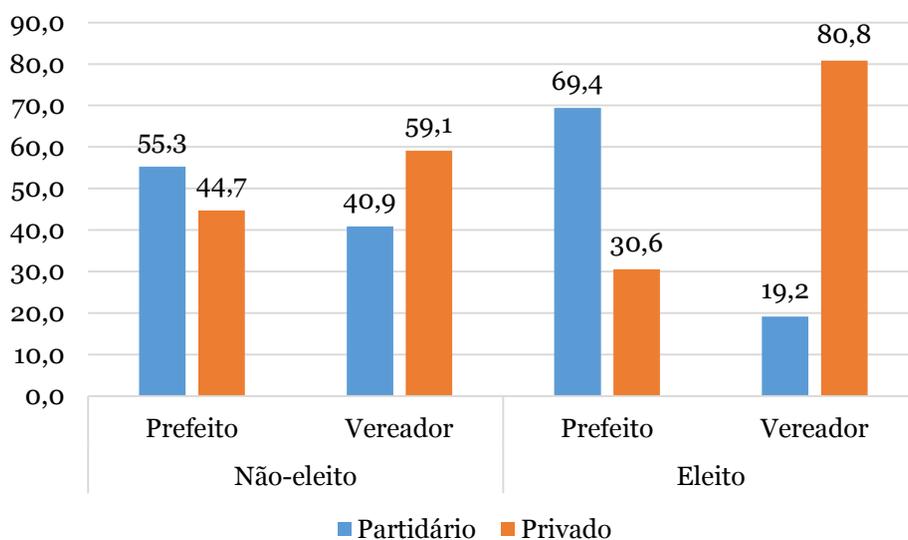
Como segunda razão, as disputas para as Câmaras de Vereadores contam com um número expressivo de concorrentes, sendo difícil para os partidos depositarem os recursos do fundo partidário a alguns candidatos, em detrimentos de outros, ou mesmo colocar suas fichas em todos. No caso geral de todas as capitais do Brasil, os dados analisados descrevem uma diferença de 11,9 pontos percentuais a mais no financiamento privado para os candidatos a vereador eleitos. Dessa forma, a busca individual do candidato por investimento na campanha, por meio de doadores da iniciativa privada, garante, em parte, seu sucesso na busca por um assento como vereador. Em outras palavras, o poderio econômico faz diferença para alavancar a campanha de um candidato e a probabilidade dele ser eleito (Cervi 2010; Codato Cervi e Perissinotto 2013; Speck e Mancuso 2013).

Em terceiro lugar, a busca de fontes da iniciativa privada para financiar a campanha evidencia um traço perceptível de personalização da política brasileira. Camille Goirand (2006) explora os motivos da ineficácia e da inexistência do discurso de se apresentar como *outsider* no sistema político brasileiro. O conceito de *outsider* é incompatível, de acordo com a autora, com o tipo de recrutamento político produzido pelos “caciques” eleitorais. A trajetória dos políticos brasileiros passa pela benção partidária concedida através dos “caciques”, pois eles controlam a entrada de elementos estranhos na sigla (Heredia 2006). Da mesma forma, a tentativa de diferenciação de qualquer político dos demais esbarra nas regras eleitorais que incentivam candidaturas desgarradas da presença das siglas. Na prática, apesar de aliados, cada candidato na eleição proporcional representa sua própria bandeira. E isso se traduz na busca pessoal por recursos financeiros. Isso pode induzir os candidatos a obterem meios escusos de financiamento (Mainwaring 2001).

O personalismo favorece a disputa interna entre os candidatos que buscam a supremacia nas decisões da sua sigla. Beatriz Heredia (2006) comenta que nas eleições municipais as rivalidades entre candidatos, do mesmo partido, são fatores de conflito interno pela retirada de votos, de um candidato para outro, constante em certo nicho eleitoral cujo voto é procurado por candidatos com propostas semelhantes. Nesse sentido, candidatos de partidos rivais são mais amigáveis na disputa de sufrágios do que candidatos do mesmo partido, pois não brigam pelo mesmo tipo

de eleitor (Heredia 2006). Desse modo o personalismo, que na ótica de Mainwaring e Torcal (2005) deve ser combatido por prejudicar a institucionalização do sistema partidário, estaria instalado nas entranhas da democracia brasileira. Embora o personalismo não acarrete, necessariamente, em corrupção, ele pode misturar interesse privado com interesse público quando políticos personalistas administram recursos econômicos. A democracia alicerçada nos partidos é mais segura no sentido de assegurar que as regras do jogo não sejam alteradas pelas vontades pessoais (Mainwaring e Torcal 2005). As informações contidas no Gráfico 1 serão agora desagregadas com os dados por região.

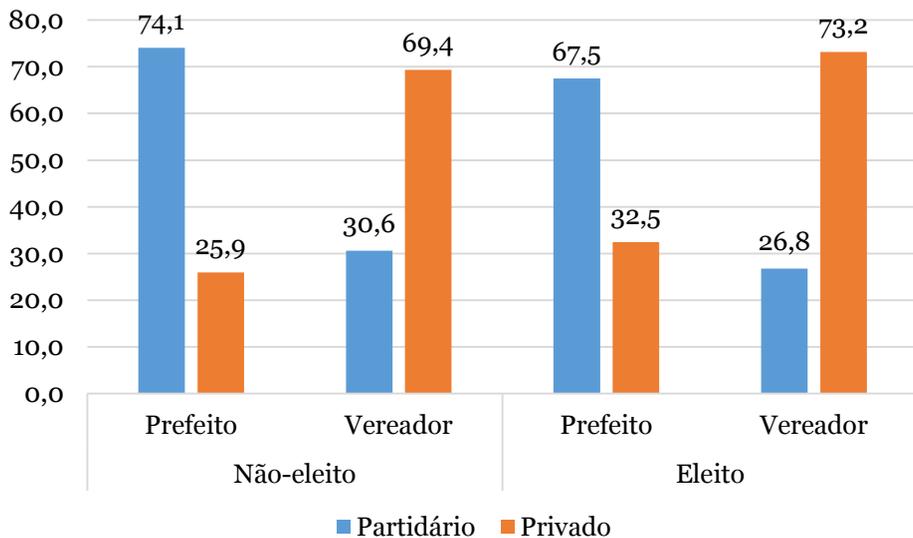
Gráfico 2 - Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Norte (%)



Fonte: TSE, 2012.

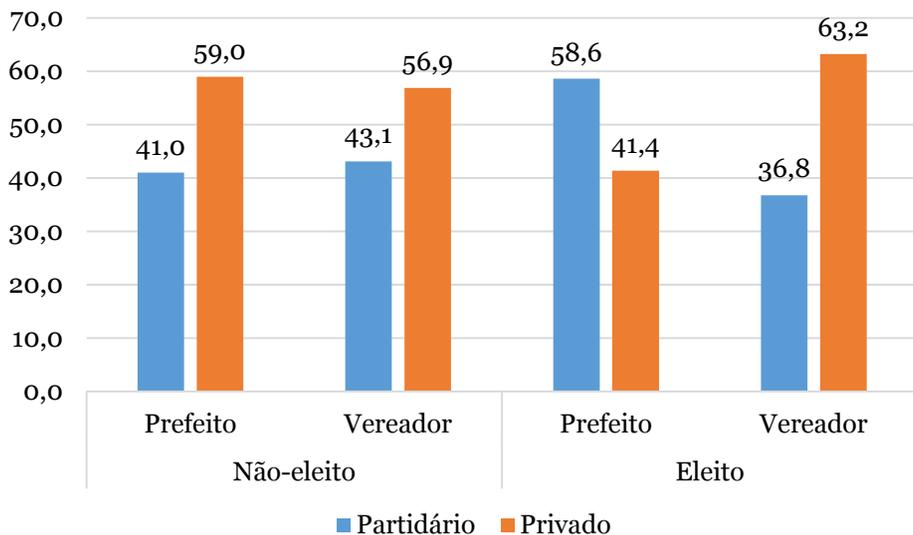
Com relação aos dados da região norte do Brasil, no gráfico 2, a relação entre recursos partidários e o sucesso eleitoral para os prefeitos é próximo ao verificado da média nacional. Já com relação aos candidatos eleitos a vereador, percebe-se um aumento da dependência destes sobre os recursos privados, com 80,8% dos investimentos. Os vereadores não-eleitos apresentam um montante de 59,1% dos investimentos em recursos privados, embora a proporção seja menor do que os eleitos esta ainda é superior ao financiamento partidário, de 40,9%. O gráfico 3 apresenta os dados para as capitais da região nordeste.

Gráfico 3 - Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Nordeste (%)



Fonte: TSE, 2012.

Gráfico 4 - Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Centro-Oeste (%)



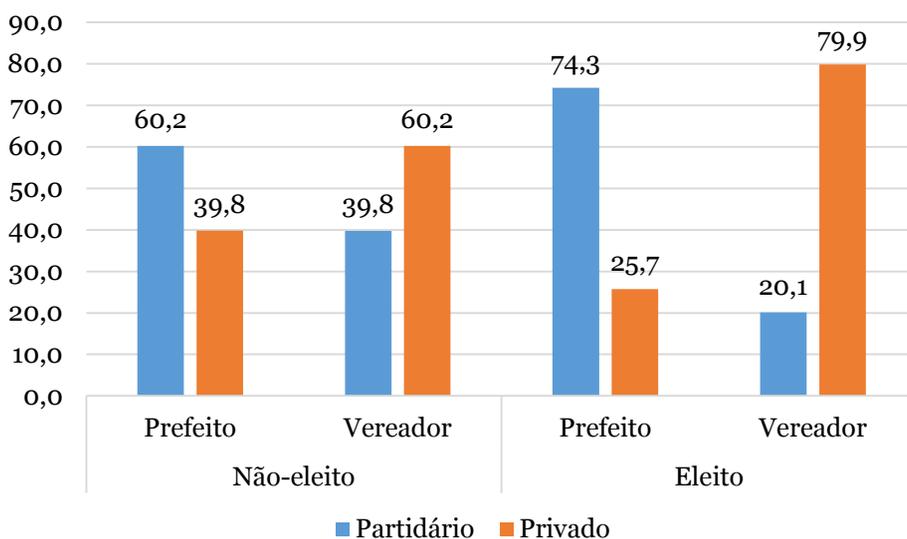
Fonte: TSE, 2012.

Na região nordeste, destaca-se a proporção dos tipos de financiamento entre os prefeitos não-eleitos, em que 74,1% dos recursos provêm de financiamento partidário, enquanto 25,9% de financiamento privado.

No gráfico 4, a região Centro-Oeste destaca-se por possuir um percentual maior de captação de recursos privados dos candidatos à prefeito derrotados (59%), em comparação com as regiões já analisadas (Norte – 44,7%, Nordeste – 25,9%). A média dessa região é influenciada pelos dados de financiamento privado destinado aos candidatos não eleitos em Goiânia (71,7%) e Cuiabá (79,1%). Em Goiânia, possivelmente isso seja resultado da presença de partidos pequenos disputando a prefeitura (PTB, PSC, PC do B, PMN, PSOL, PPL, PSTU). Já em Cuiabá, isso não ocorreu, mas verificou-se que a fonte predominante do recurso privado provêm de pessoas físicas.

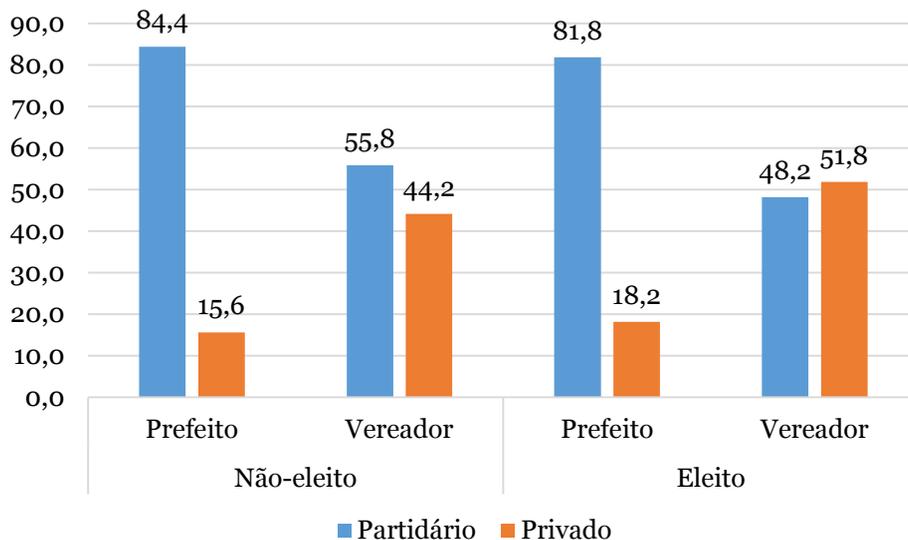
Em comum entre estas três primeiras regiões analisadas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, verificam-se os menores índices de recursos partidários destinados aos candidatos eleitos na disputa às Prefeituras (Norte – 69,4%; Nordeste – 67,5%; Centro-oeste 58,6%) do que nas outras duas regiões (Sul – 74,3% e Sudeste – 81,8%). Já na disputa dos candidatos a Vereador nestas regiões, constata-se um aporte financeiro da iniciativa privada, com média de 72% para aqueles candidatos que tiveram êxito de ocupar um assento nas eleições de 2012.

Gráfico 5 - Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Sul (%)



Fonte: TSE, 2012.

Gráfico 6 - Análise do tipo de financiamento por candidatura e obtenção de sucesso eleitoral - Região Sudeste (%)



Fonte: TSE, 2012.

Com relação às capitais das regiões Sul, os resultados também apontam para o fortalecimento das hipóteses de que existe diferença no apoio financeiro para o sucesso eleitoral de candidatos nos dois âmbitos em disputa: Prefeitura e Câmara de Vereadores.

Na região sudeste, os resultados das disputas eleitorais para câmara de vereadores nas capitais têm características peculiares. Isso porque independente o tipo de financiamento eleitoral não apresenta percentuais significativos que possam determinar o sucesso eleitoral. Os candidatos eleitos a vereador apresentam 3,6% de diferença entre o financiamento privado (51,8%) e o partidário (48,2%). Essa pequena diferença foi influenciada, principalmente, pelos dados verificados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ambas as cidades apresentaram dados de financiamento partidário maiores que os dados de financiamento privado. Em São Paulo, 58,2% do financiamento é de origem partidária e 41,8% é de origem privada, já no Rio de Janeiro, 67,4% do financiamento é de origem partidária e 32,6% é de origem privada.

Embora os dados não deem subsídios para identificar o motivo dessa diferença, é provável que as lideranças partidárias destinem recursos aos candidatos puxadores de votos nessas eleições a fim de aumentar seu quociente eleitoral para maximizar as chances de ocuparem mais cadeiras legislativas. É de se ressaltar que

as capitais estaduais da região sudeste são as mais ricas do país, portanto, são as capitais mais cobiçadas pelos partidos políticos e pelos grupos de interesse para conseguir futuros contratos com as administrações municipais.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi explorar a análise sobre financiamento de campanhas eleitorais focado na lógica de disputas municipais. Foram analisados os resultados da prestação de contas dos candidatos eleitos e não-eleitos para os cargos de prefeito e de vereador, na disputa eleitoral de 2012. Testou-se a existência de uma modalidade de financiamento das campanhas eleitorais diferenciada para alcançar o sucesso dos prefeitos na disputa majoritária quando comparado ao dos parlamentares na disputa proporcional. As hipóteses sobre a diferença do tipo de financiamento para cargos majoritários e proporcionais mostraram-se válidas quando analisados em conjunto, na média nacional e por regiões brasileiras.

Cabe ressaltar que se verificou também, em algumas capitais, que os candidatos a vereadores não-eleitos diferenciavam-se do tipo de financiamento visto no restante das capitais. Estes foram os casos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas cidades possuem tais particularidades, provavelmente, por conta do montante de dinheiro para os candidatos “puxadores de voto”. De outro lado, os prefeitos não-eleitos nas cidades de Cuiabá e Goiânia tiveram um financiamento proveniente mais de recursos privados do que de recursos partidários, se comparados com as demais capitais estaduais analisadas nesta pesquisa.

Concluímos que houve, realmente, uma maior dependência dos prefeitos eleitos aos recursos partidários para seu sucesso eleitoral, enquanto para o êxito dos vereadores foi necessário o aporte financeiro de recursos privados. Resta, como tarefa futura, alargar o número de casos de financiamento de campanha municipal para perceber se o sucesso eleitoral dos candidatos majoritários e proporcionais segue a mesma lógica vista nas capitais estaduais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAKE, Charles; MORRIS, Stephen. 2009. Political and Analytical Challenges of corruption in Latin America. In: BLAKE, C; MORRIS, S (Orgs.). *Corruption & Democracy in Latin America*. Pittsburgh. University of Pittsburgh Press.
- CERVI, Emerson. 2010. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº4: 135-167.
- CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. 2013. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, volume XIV, nº2: 61-84.
- CONCEIÇÃO, Bruno. 2015. Sistema eleitoral e reeleição nas eleições municipais de 2012 para o executivo no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol.6, nº1: 11-25.
- DI TELLA, Torcuato. 1983. Partidos del pueblo en América Latina. Revisión teórica y reseña de tendencias recientes. *Desarrollo Económico*, vol. 22, nº 88: 451-483.
- DUVERGER, Maurice. 1970. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro. Zahar.
- ELEIÇÕES. 2012. *Tribunal Superior Eleitoral*. Eleições 2012. Estatísticas de Prestação de Contas. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>>. Acesso em: 25 de julho. 2014.
- FALGUERA, Elin; JONES, Samuel; OHMAN, Magnus. 2015. *Financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais: um manual sobre financiamento político*. Rio de Janeiro. Editora FGV.
- GOIRAND, Camille. 2006. L'outsider, figure introuvable? Partis et individualisation de la politique au Brésil. *Problèmes D'Amérique Latine*. Numéro 59: 11-35.
- HEREDIA, Beatriz M. 2006. Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política. In: Palmeira, Moacyr; Barreira, Cesar (Org.). *Política no Brasil: Visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relumê/Dumará.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. 2004. El partido cartel: La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. *Zona Abierta*, nº108/109: 9-39.
- KIRCHHEIMER, Otto. 2012. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº7: 349-385.
- KRAUSE, Silvana; REBELLO, Mauricio; GONÇALVES, Josimar. 2015. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16: 247-

- LEMOS, Leany; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, João. 2010. Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 julho. 2015.
- MAINWARING, Scott. 2001. *Sistemas Partidários em novas democracias – o caso do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. 2005. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*. Campinas, Vol. XI, nº2: 249-286.
- MARENCO, André. 2010. Quando leis não produzem os resultados esperados: Financiamento eleitoral em perspectiva comparada. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol.53, nº4: 821 a 853.
- MARTÍNEZ, Víctor. 2009. Partidos políticos: un ejercicio de clasificación teórica. *Perfiles Latinoamericanos*, Nº33: 39-63.
- MOISÉS, José. 2010. Democracia e desconfiança das instituições democráticas. In: *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo: EDUSP. p. 45-73.
- PERES, Paulo. 2009. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos de Maurice Duverger. *BIB – Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, nº68: 17-58.
- POGUNTKE, Thomas. 2001. *From Nuclear Building Sites to Cabinet: The Career of the German Green Party*. Annual Meeting of the American Political Science Association, San Francisco. Disponível em: <http://www.keele.ac.uk/depts/spire/> Acesso em: 29 de julho. 2015.
- RIBEIRO, Pedro José Floriano. 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 320p.
- RUBIO, Delia. 2005. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 73. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 de julho. 2015.
- SAMUELS, David. 2006. Financiamento de campanha no Brasil e propostas de reforma. In: Soares, Glaucio; Rennó, Lucio. *Reforma política: Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- SANTOS, Manoel Leonardo; BATISTA, Mariana; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; CARVALHO, Enivaldo. 2015. Financiamento de Campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. *Opinião*

Pública, Campinas, vol. 21, nº1: 33-59.

- SILVA, Luiz Eduardo. 2011. *Financiamento de campanhas eleitorais no RS: Análise das eleições para deputado federal, senador, e governador em 2002, 2006 e 2010*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/35071>>. Acesso em: 29 de julho. 2015.
- SPECK, Bruno. 2005. Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil. *Cadernos Adenauer*, ano 6, n. 2: 123-159.
- SPECK, Bruno; MANCUSO, Wagner. 2013. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, volume XIV, nº2: 109-126.
- SPECK, Bruno; MARCIANO, João Luiz. 2015. O perfil da Câmara dos Deputados pela ótica do financiamento privado das campanhas. In: Sathler, André; Braga, Ricardo (Org.): *Legislativo Pós-1988. Reflexões e perspectivas*. Brasília, Câmara dos Deputados: Edições Câmara: 267-292.
- ZZOVATTO, Daniel. 2005. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2: 287-336. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762005000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de julho. 2015.

ANEXO

Tabela 1 - Financiamento por candidatura e obtenção de

UF	Situação	Cargo	Partidário	Privado	Total
AC	Não-eleito	Prefeito	58,38	41,62	100
		Vereador	40,91	59,09	100
	Eleito	Prefeito	27,70	72,30	100
		Vereador	19,45	80,55	100
AL	Não-eleito	Prefeito	93,29	6,71	100
		Vereador	32,22	67,78	100
	Eleito	Prefeito	84,84	15,16	100
		Vereador	29,49	70,51	100
AM	Não-eleito	Prefeito	40,63	59,37	100
		Vereador	58,79	41,21	100
	Eleito	Prefeito	62,65	37,35	100

		Vereador	21,42	78,58	100
AP	Não-eleito	Prefeito	70,25	29,75	100
		Vereador	26,60	73,40	100
	Eleito	Prefeito	97,53	2,47	100
		Vereador	11,57	88,43	100
BA	Não-eleito	Prefeito	68,80	31,20	100
		Vereador	27,75	72,25	100
	Eleito	Prefeito	89,22	10,78	100
		Vereador	26,77	73,23	100
CE	Não-eleito	Prefeito	64,32	35,68	100
		Vereador	19,34	80,66	100
	Eleito	Prefeito	67,92	32,08	100
		Vereador	58,65	41,35	100
ES	Não-eleito	Prefeito	73,89	26,11	100
		Vereador	55,26	44,74	100
	Eleito	Prefeito	75,88	24,12	100
		Vereador	32,62	67,38	100
GO	Não-eleito	Prefeito	28,28	71,72	100
		Vereador	33,48	66,52	100
	Eleito	Prefeito	68,78	31,22	100
		Vereador	10,74	89,26	100
MA	Não-eleito	Prefeito	46,35	53,65	100
		Vereador	13,24	86,76	100
	Eleito	Prefeito	17,54	82,46	100
		Vereador	4,15	95,85	100
MG	Não-eleito	Prefeito	94,90	5,10	100
		Vereador	43,95	56,05	100
	Eleito	Prefeito	71,84	28,16	100
		Vereador	34,48	65,52	100
MS	Não-eleito	Prefeito	73,95	26,05	100
		Vereador	57,40	42,60	100
	Eleito	Prefeito	86,70	13,30	100
		Vereador	86,75	13,25	100
MT	Não-eleito	Prefeito	20,86	79,14	100
		Vereador	38,52	61,48	100
	Eleito	Prefeito	20,30	79,70	100
		Vereador	12,87	87,13	100
PA	Não-eleito	Prefeito	58,01	41,99	100
		Vereador	28,39	71,61	100
	Eleito	Prefeito	95,13	4,87	100
		Vereador	10,32	89,68	100

PB	Não-eleito	Prefeito	84,20	15,80	100
		Vereador	34,87	65,13	100
PE	Eleito	Prefeito	52,65	47,35	100
		Vereador	4,55	95,45	100
	Não-eleito	Prefeito	82,21	17,79	100
		Vereador	73,40	26,60	100
PI	Eleito	Prefeito	50,26	49,74	100
		Vereador	58,34	41,66	100
	Não-eleito	Prefeito	53,00	47,00	100
		Vereador	10,22	89,78	100
PR	Eleito	Prefeito	74,32	25,68	100
		Vereador	4,93	95,07	100
	Não-eleito	Prefeito	39,47	60,53	100
		Vereador	26,22	73,78	100
RJ	Eleito	Prefeito	61,65	38,35	100
		Vereador	14,04	85,96	100
	Não-eleito	Prefeito	76,07	23,93	100
		Vereador	62,48	37,52	100
RN	Eleito	Prefeito	88,61	11,39	100
		Vereador	67,40	32,60	100
	Não-eleito	Prefeito	91,10	8,90	100
		Vereador	25,54	74,46	100
RO	Eleito	Prefeito	78,36	21,64	100
		Vereador	36,59	63,41	100
	Não-eleito	Prefeito	26,89	73,11	100
		Vereador	26,57	73,43	100
RR	Eleito	Prefeito	92,75	7,25	100
		Vereador	10,86	89,14	100
	Não-eleito	Prefeito	57,60	42,40	100
		Vereador	41,20	58,80	100
RS	Eleito	Prefeito	100,00	0,00	100
		Vereador	15,94	84,06	100
	Não-eleito	Prefeito	74,65	25,35	100
		Vereador	42,28	57,72	100
SC	Eleito	Prefeito	97,53	2,47	100
		Vereador	20,84	79,16	100
	Não-eleito	Prefeito	66,44	33,56	100
		Vereador	50,85	49,15	100
SE	Eleito	Prefeito	63,58	36,42	100
		Vereador	25,50	74,50	100
		Não-eleito	Prefeito	83,35	16,65

		Vereador	39,13	60,87	100
	Eleito	Prefeito	92,54	7,46	100
		Vereador	17,74	82,26	100
SP	Não-eleito	Prefeito	92,78	7,22	100
		Vereador	61,62	38,38	100
	Eleito	Prefeito	91,04	8,96	100
		Vereador	58,23	41,77	100
TO	Não-eleito	Prefeito	75,27	24,73	100
		Vereador	63,65	36,35	100
	Eleito	Prefeito	10,21	89,79	100
		Vereador	44,54	55,46	100

Fonte: TSE, 2012.